

Legislativo ganha mais prerrogativas

REJANE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

O presidente da República poderá dissolver o Parlamento e convocar novas eleições em caso de séria crise política. Este promete ser o dispositivo mais polêmico do parecer que o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresenta na próxima segunda-feira à Subcomissão do Poder Executivo.

Ao antecipar ontem alguns pontos do seu relatório, o peemedebista gaúcho revelou que propôs a adoção de um sistema misto de governo. O Congresso Nacional é quem aprova e derruba ministros, mas em contrapartida poderá ser dissolvido sempre que não conseguir superar impasses na indicação de gabinetes.

O senador Fogaça pretende dar muitos poderes ao Legislativo. Mas nem tanto. Em seu parecer, ele institui uma espécie de prazo de carência para o ministério semiparlamentarista, que não poderá ser vítima de voto de desconfiança nos primeiros seis meses a partir de sua nomeação. Trata-se de um crédito ao gabinete e uma restrição ao Legislativo todo-poderoso.

LEGISLATIVO

O relatório de Fogaça não extingue o Senado, que entretanto, não participará do Governo. Caberá exclusivamente à Câmara a aprovação do Conselho de Ministros. Tenha recebido sugestões neste sentido, o senador gaúcho não pretende impor que os ministros do novo sistema sejam necessariamente membros do Legislativo. Bastará que eles contem com o respaldo político da maioria parlamentar.

A soma de poderes conferida ao Congresso não retira todas as atribuições atualmente exercidas pelo Presidente da República. Em seu parecer, Fogaça mantém com o chefe da Nação o comando supremo das Forças Armadas e a competência para decretar o Estado de Alarma (nova versão das medidas de emergência).

A adoção de um sistema misto de governo, onde o Congresso retoma todas as suas prerrogativas e passa a dividir as res-

pensabilidades administrativas com o presidente da República. E esta a principal inovação do relatório a ser apresentado na próxima segunda-feira pelo deputado José Jorge (PFL-PE) à Subcomissão do Poder Legislativo. No total, foram encaminhadas à sua Subcomissão cerca de 300 emendas, a grande maioria destinada a fortalecer os poderes do Legislativo.

De acordo com o parecer de José Jorge, o Congresso terá competência para participar da elaboração do orçamento federal, que os parlamentares também poderão emendar. Ao mesmo tempo, senadores e deputados readquirem o poder de iniciativa de leis que impliquem na criação de despesas, "desde que indiquem a respectiva fonte de recursos".

A extinção do decreto-lei é outra medida a ser proposta pelo pefelista, que também sugere em seu anteprojeto a inversão dos efeitos do decurso de prazo. Isto significa que determinado projeto, desde que não seja votado dentro de um período de tempo específico, será automaticamente rejeitado. Atualmente ele é considerado aprovado.

Pelo parecer de José Jorge, as comissões técnicas da Câmara e do Senado terão uma importância fundamental no processo legislativo. Enquanto o plenário ficará reservado basicamente para os debates políticos, as comissões serão dotadas de poderes decisórios sobre todo tipo de proposição, excluindo as emendas constitucionais, leis complementares e propostas orçamentárias. O plenário só será ouvido sobre outros tipos de propostas se 10% dos parlamentares apresentarem requerimento neste sentido.

GABINETE

Mas a grande força do Congresso se concentrará em sua participação no Governo. Caberá ao Legislativo, por exemplo, aprovar os ministros a serem nomeados pelo presidente da República, que também poderão ser derrubados através do voto de desconfiança. Isto obrigará o chefe da Nação a manter com o Parlamento uma espécie de sociedade no exercício do governo.

Esta cumplicidade pode ser compreendida tomando-se como exemplo o sistema de iniciativa de leis idealizado pelo relator. A elaboração das propostas caberá ao primeiro-ministro, que entretanto precisará convencer o presidente a remetê-las ao Congresso.

O parecer de José Jorge também acaba de vez com a polémica a respeito do pagamento de jetons pelo comparecimento de parlamentares às sessões legislativas. Ele simplesmente extingue este tipo de pagamento, mantendo um subsídio fixo a ser somado às verbas de representação e ajudas de custo. O deputado pernambucano rejeitou sugestão do peemedebista Nilson Gibson no sentido de equiparar os subsídios dos parlamentares aos vencimentos dos membros do Supremo Tribunal Federal.

JUDICIÁRIO

A criação de conselhos comunitários para fiscalizar a atuação da Justiça será a principal inovação que o relator Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) propôs em seu parecer à Subcomissão do Poder Judiciário. A estabelecer controles externos para aquele Poder o deputado paulista está convicto de que contribuirá para o aperfeiçoamento do processo judiciário brasileiro.

Com o objetivo de democratizar a Justiça, Sampaio antecipou que pretende instituir fórmulas de participação popular na indicação dos juizes da primeira instância. E mais: estabelecerá diferentes tipos de competências para permitir o acesso de leigos a determinados juizes.

A descentralização do Judiciário é outra meta do relator. Através desta medida, ele acredita que poderá agilizar a tramitação dos processos.

No parecer de Plínio Arruda Sampaio está prevista a criação efetiva de juizes de pequenas causas, além de varas específicas como a que tratará das pendências agrárias. Elevando o grau de especialização da Justiça. Segundo ele, será possível atingir tanto o objetivo da descentralização quanto o da agilização da Justiça.



Fogaça, pelo parlamentarismo



Nonô: pelo federalismo

GARANTIAS INDIVIDUAIS

As mulheres avançam mais

AFONSO COZZOLINO
Da Editoria de Política

O relator da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, deputado Darcy Pozza, já tem pronto desde a semana passada o que classificou de "um esqueleto" de relatório. Neste fim de semana, no entanto, o "esqueleto" poderá sofrer grandes ou pequenas modificações, em função das propostas que foram encaminhadas à Constituinte à última hora. A Subcomissão de Pozza foi uma das que mais realizou audiências públicas durante um mês de trabalho. Além disso, cerca de 600 propostas foram encaminhadas a ela. "Muitas sequer chegaram a ser apreciadas em reuniões da Subcomissão e eu irei fazê-lo agora, juntamente com assessores", explicou.

Ao ser entrevistado pelo CORREIO BRAZILIENSE, Darcy Pozza disse que seu relatório terá um caráter democrático, independente de ser progressista ou conservador. O relator informou, por exemplo, que as mulheres certamente ficarão satisfeitas com o texto que irá apresentar aos demais membros da Subcomissão para discussão: praticamente todas as propostas encaminhadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foram encampadas. O relatório de Pozza garante, entre outros pontos, a isonomia e igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Darcy Pozza também foi sensível à reivindicação dos homossexuais brasileiros, que querem a garantia, na nova Constituição, de que não haverá discriminação por orientação sexual. O termo consta do relatório. O deputado incluiu ainda o habeas data e a garantia de que não serão feitos registros de dados sobre convicções pessoais, atividades políticas e de vida privada. No caso da pena de morte, Pozza determina no relatório a sua não existência, a não ser em tempos de guerra e apenas nos casos de aplicação da legislação militar. Não existirá também prisão perpétua, banimento e confisco de bens, em casos de crime. A única exceção fica por conta dos casos de

seqüestro seguidos de morte e estupro, que são passíveis de prisão perpétua.

DIREITOS POLITICOS

O relator da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, deputado Lysâneas Maciel, não tem a menor dúvida de que não será possível entregar seu relatório na segunda-feira, conforme determina o Regimento da Constituinte. "Não vai dar tempo, teremos que quebrar o Regimento", disse ele no final da semana, indignado com o grande número de propostas encaminhadas à Constituinte na quarta-feira.

Ao todo, Lysâneas Maciel dispõe de 330 propostas, três audiências públicas realizadas fora de Brasília — em São Paulo, Salvador e Recife — e outras tantas na sede da Subcomissão. De todas as propostas, apenas um pequeno número foi discutido pelos membros da Subcomissão, durante reuniões ordinárias. E justamente o fruto dessas discussões que dá a Lysâneas a possibilidade de adiantar alguns pontos de seu relatório.

O deputado, por exemplo, manterá a obrigatoriedade do voto no Brasil. Em compensação, a idade mínima para votar será reduzida de 18 para 16 anos.

NACIONALIDADE

O relatório dos primeiros trinta dias de trabalho da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais está sendo elaborado fora de Brasília, pelo deputado João Herrmann, que há duas semanas teve problemas de saúde e foi para Campinas, em São Paulo. Embora sem acompanhar a maioria dos debates e audiências realizadas na Subcomissão, Herrmann foi constantemente informado sobre o que se passava no Congresso, por telefone. Na sexta-feira à tarde dois assessores da Subcomissão viajaram para Campinas, levando na bagagem todo o material colhido pela Subcomissão para, juntamente com o deputado, concluir o trabalho, que será entregue na segunda-feira, em Brasília.

Autonomia estadual e municipal cresce

M. CAVALHEIRO
Da Editoria de Política

A autonomia municipal, principal tema das audiências da Subcomissão dos Municípios e Regiões, será também ponto alto no relatório do deputado Aloysio Chaves (PFL-PA). Chaves é um relator discreto, que se recusa polidamente a dar indicações sobre suas posições e diz com frequência que sua função é ouvir. Pelo que escutou durante as audiências, deverá ampliar bastante as competências dos municípios, mas é improvável que aprove sugestões como a criação de guardas municipais, que enfrentam restrições de boa parte do plenário.

Outro tema de peso na subcomissão é o das regiões metropolitanas. Ai, a tendência é para a definição de um sistema de planejamento unificado e funcional. Difícilmente, porém, se irá ao ponto de criar uma prefeitura metropolitana como quer o prefeito de Curitiba, Roberto Requião.

Mais fácil será a aprovação de assembleias metropolitanas, sugeridas também pelo deputado José Santana (PFL-MG). Tal assembleia consta da sugestão de Requião, mas ele queria extinguir as Câmaras de Vereadores das cidades metropolitanas substituindo-as por cidadãos não-remunerados, que comporiam conselhos comunitários — e isto não agradou, entre outros, ao presidente da Comissão da Organização do Estado, José Thomaz Nonô (PFL-AL).

Se for aprovado o relatório desta subcomissão, os municípios deverão resultar favo-

recidos por uma ampliação de suas competências e pelo direito de instituir impostos.

Os tribunais de contas municipais também tendem a ser instituídos, havendo restrições sobre o porte dos municípios que poderão criá-los. Uma proposta sugere que possam instituí-los aqueles que tiverem mais de 150 mil habitantes. Outra fixa este número em 1 milhão e tem mais chances de ser aprovada.

A ducha de água fria que o ministro da Justiça tentou jogar nos ânimos autonomistas dos membros da Subcomissão dos Estados não teve efeito. Ao participar da última audiência pública daquela subcomissão, Paulo Brossard apontou uma tendência à centralização administrativa e chegou a dizer, em entrevista, que a nova Constituição seria centralizadora se refletisse o Brasil real. O relator Siqueira Campos (PDC-GO) pensa de outra maneira: "Vamos decidir sempre a favor dos estados", definiu-se o deputado.

Para ele, a descentralização administrativa e o fortalecimento dos estados são tendências absolutamente clara em sua subcomissão. Siqueira acha que a esfera federal abocanhou poderes demais ao longo da República e já é hora de estabelecer "um equilíbrio", incorporada ao Estado de Pernambuco.

Mas esta comissão não ficará por aí. Entre os muitos assuntos de sua alçada está a definição da República — e este é um tema de cunho marcadamente ideológico, sem o poder catalizador que têm propostas como as de eleições diretas.